

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.257 - SP (2019/0302227-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ALINE MUNHOZ SEIXAS - SP317641**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DANIEL BEZAMAT KOJO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **DANIEL BEZAMAT KOJO**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto (fls. 14-15).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução em face do r. **decisum**, ao qual o eg. Tribunal de origem deu provimento conforme v. acórdão de fls. 16-25 assim ementado:

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO. Progressão de regime. Decisão a quo procedente para o semiaberto, sem realização de exame criminológico. Ministério Público requer a reforma do decisum para que o sentenciado seja regredido ao regime fechado, pugnando, subsidiariamente pela realização de exame criminológico por equipe multidisciplinar. Com parcial razão. Em que pese o atestado de bom comportamento carcerário, restam dúvidas quanto ao preenchimento do requisito subjetivo, por se tratar de sentenciado reincidente específico. Necessário realizar exame mais apurado, a fim de verificar o preenchimento do requisito subjetivo. De rigor a realização de exame criminológico por equipe multidisciplinar e com conclusão conjunta. Entretanto, sem regressão para o regime fechado, em razão de, até o momento, o Agravado vir cumprindo o regime semiaberto sem qualquer registro de infração disciplinar. Agravo parcialmente provido."*

No presente **habeas corpus**, a Defesa afirma que "o paciente

# Superior Tribunal de Justiça

*comprovou ter preenchido os requisitos para a progressão de regime, uma vez que, nos termos do artigo 112 da LEP, ele demonstrou ter cumprido o requisito objetivo, bem como ostentar bom comportamento carcerário" (fl. 9).*

*Alega que "o argumento de que a longa pena a cumprir e a quantidade de pena imposta enseja a realização de exame criminológico é contrário ao nosso ordenamento jurídico, pois cria uma espécie de delito (pena longa) que exige exames para a progressão" (fl. 9).*

*Conclui que "a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores apenas permite a realização de exame criminológico se houver necessidade no caso concreto, entretanto, necessário se faz a fundamentação em concreto e não apenas com a indicação em abstrato do tipo penal, conforme súmula vinculante 26 do STF e súmula 439 do STJ" (fl. 11).*

*Requer, ao final, liminarmente, a suspensão dos "efeitos do v. acórdão proferido em sede do julgamento do agravo em execução nº 0008288-29.2018.8.26.0026" e, no mérito, pugna pela concessão da ordem "a fim de que, anulado o ato da autoridade coatora, seja mantida a progressão ao regime semiaberto ao paciente" (fl. 15).*

**É relatório.**

**Decido.**

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações

# *Superior Tribunal de Justiça*

atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

